

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 133/XIII/1.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO A PROIBIÇÃO DA EXPLORAÇÃO E EXTRAÇÃO DE GASES E ÓLEOS DE XISTO

O gás e óleo de xisto são hidrocarbonetos não convencionais, líquidos ou gasosos, definidos por estarem presos na rocha ou num reservatório de permeabilidade particularmente baixa, e cuja exploração e/ou extração requeira a utilização de meios de fratura, fissura ou que comprometam a integridade da rocha. Estes hidrocarbonetos encontram-se aprisionados no subsolo entre formações xistosas, entre os 600 e os 3.000 metros. Os reservatórios prolongam-se por vários quilómetros de extensão pelo que à perfuração vertical se junta a perfuração horizontal e a fraturação.

Em dezembro de 2012, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou um projeto de resolução que recomendava ao governo proibir a exploração e extração de gases e óleos de xisto. Continua a ser a primeira e única proposta nesse sentido discutida e votada na Assembleia da República.

Na altura, em Portugal destacavam-se as reservas na zona do Bombarral, Cadaval, Alenquer e Alcobaça. E poucos meses antes o Governo tinha, pela primeira vez, aprovado um plano de desenvolvimento e produção deste tipo de hidrocarbonetos. Foi aliás assinado um contrato, na presença do então Ministro Álvaro Santos Pereira, para a concessão do gás de xisto na zona de Aljubarrota entre a Mohave Oil & Gas e a Galp Energia.

Desde então, os riscos para a exploração de gás de xisto no país aumentaram com a possibilidade de exploração deste tipo de hidrocarbonetos no Algarve. Os perigos e prejuízos sociais e ambientais da exploração de gás de xisto continuam elevadíssimos pelo que se impõe uma nova discussão sobre esta temática. A nível mundial, os protestos e oposição à extração deste tipo de energia têm aumentado. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda apresenta novamente a recomendação para a proibição da exploração de gás e óleos de xisto.

Com efeito, a exploração e extração destes hidrocarbonetos não convencionais, nomeadamente através da fraturação hidráulica, assim como os métodos de perfuração horizontal, fraturação pneumática, “arco elétrico”, entre outros, têm enormes impactos. Estas atividades deterioram a qualidade e condições de vida das populações envolvidas e a sustentabilidade ambiental do planeta. O enorme consumo de água, a contaminação química de grandes massas de água subterrânea e de superfície, a difícil gestão dos resíduos de perfuração, a poluição atmosférica, a destruição de paisagens, a perda de biodiversidade e a produção de gases de estufa são a marca de um modelo energético falhado, que não serve o interesse das populações locais nem da população global.

Os riscos de sismos associados à exploração de gás de xisto eram já conhecidos e alarmantes, em zonas como o noroeste de Inglaterra. Entretanto, há poucos dias, o National Earthquake Information Center informou que só no Oklahoma se registaram 585 sismos em 2014 e 842 em 2015. Esta agência do governo dos EUA considera que nestes dois anos tiveram o equivalente a um milénio de terramotos. No início deste ano dois dos sismos atingiram 4.7 e 4.8 na escala de Richter e a agência do governo norte-americano alerta para a possibilidade de sismos de ainda maior magnitude. O US Geological Survey lançou um relatório onde admite que muitos dos sismos são de origem humana e confirma que pelo menos em oito estados americanos ocorreram sismos devido à exploração de hidrocarbonetos.

Estudos recentes mostram que a exploração destes hidrocarbonetos é prejudicial à saúde pública. Investigações conduzidas por Brian Schwartz (Universidade Johns Hopkins, Baltimore) comprovaram, de forma definitiva que viver perto de fracking aumenta as gestações de alto risco, provocando uma assustadora taxa de nascimentos prematuros e elevando ainda mais o índice de mortalidade infantil nos Estados Unidos. Susan Nagel (Universidade do Missouri) estudou em ratos produtos químicos utilizados

no fracking e registou a baixa contagem de espermatozoides em animais que foram expostos antes do nascimento.

O metano, um gás com grande efeito de estufa, é o principal composto destes hidrocarbonetos. A prática tem demonstrado uma quebra de produtividade dos poços ao fim de apenas dois anos o que leva à incessante procura de novos poços alastrando os impactos. Esta procura de novos poços resulta no aumento das emissões evasivas de metano e no aumento da queima de hidrocarbonetos, contribuindo mais ainda para o aquecimento global e para as alterações climáticas. Acresce que a atividade de exploração e extração obriga a um enorme consumo energético.

A Diretiva Europeia sobre a responsabilidade ambiental não força os operadores desta indústria a subscrever um seguro adequado. Em todo o caso, os custos associados a eventuais acidentes relacionados com a fraturação hidráulica e outras técnicas são tão elevados que o risco e a responsabilidade financeira dos mesmos recairá sempre sobre a sociedade. Este facto foi já demonstrado pelo acidente da plataforma marítima Deepwater Horizon. A exploração e extração de hidrocarbonetos a grande profundidade têm riscos com enorme dificuldade de avaliação, contenção, remediação, mitigação e de pagamento dos danos. As consequências sociais e ambientais são ainda mais lesivas do que a responsabilidade financeira, como demonstra o acidente no Golfo do México.

De acordo com um estudo da Universidade Cornell (EUA), a produção de gás de xisto gera entre 40 e 60 vezes mais emissões de gases de estufa que o convencional e, no curto prazo, deixa uma pegada de gases de estufa maior do que o petróleo ou o carvão. Nos propalados benefícios destes hidrocarbonetos não convencionais não estão contabilizados os vazamentos nos poços, no processo de fratura e na entrega do gás. Estes vazamentos, denominados emissões evasivas, têm efeitos piores do que queimar petróleo ou carvão, uma vez que o metano tem 105 vezes mais potencial para aquecer a atmosfera do que o dióxido de carbono nos primeiros 20 anos, perdendo rapidamente essa capacidade ao fim desse período. Um outro estudo do Centro Nacional de Pesquisas Atmosféricas dos Estados Unidos concluiu igualmente que os vazamentos de metano significam que este gás oferece poucas vantagens em relação ao carvão.

Uma equipa da Universidade de Duke analisou 68 locais onde foi aplicada a fratura hidráulica e encontraram água subterrânea com contaminações de metano 17 vezes

superiores aos poços onde esta técnica não foi usada. Resultados preliminares da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos mostram que a água potável estava contaminada com o cancerígeno benzeno e com um dos produtos químicos usados na fratura hidráulica.

Um outro estudo da Universidade do Texas concluía que a fraturação hidráulica não contaminava a água, mas foi rapidamente descredibilizado dado que o cientista que o liderou é acionista e administrador de uma empresa de exploração de petróleo e gás com interesses no setor. Métodos como a fraturação hidráulica e outros atentam contra a sustentabilidade dos recursos aquíferos, em primeiro porque implicam um enorme consumo de água e, em segundo e mais grave, porque ocorrem a uma profundidade muito superior à dos aquíferos subterrâneos, colocando-os em causa com poluição e contaminação. Nas técnicas mais usadas são injetados entre 10 a 15 milhões de litros e 200 mil litros de produtos químicos. No final, o líquido resultante está tão contaminado que, em regra, é bombeado para zonas profundas ou deixado em tanques especiais.

Nos Estados Unidos, onde o processo está mais adiantado, a indústria celebrou acordos mútuos de não divulgação dos danos ambientais e para a saúde humana e animal com os proprietários dos terrenos situados nas proximidades de poços de gás de xisto, o que dificulta o conhecimento da verdadeira dimensão. Note-se que o advento desta indústria em território norte-americano só ocorreu após a decisão de George W. Bush de, em 2005, isentar a fraturação hidráulica das normas da Lei da Água Limpa.

A falta de informação continua a ser um entrave à avaliação dos impactos e dos riscos. Em todo o globo, a indústria começou por negar qualquer informação sobre a composição e concentrações químicas dos fluídos que utilizou nos métodos de fraturação. É conhecido que adicionam à água biocidas, detergentes, lubrificantes e sedimentos, entre outros compostos.

As preocupações ambientais e com a saúde pública têm motivado vários governos a aplicar uma proibição ou uma moratória relativa à exploração e extração de hidrocarbonetos não convencionais como o óleo e o gás de xisto.

França decidiu não explorar as suas reservas de gás de xisto. Trata-se do país, a par da Polónia, com as maiores reservas europeias de gás de xisto. Em junho 2011, o então Primeiro-Ministro François Fillon fez votar e aprovar uma lei para proibir o uso da

fraturação hidráulica. Poucos dias mais tarde, e por considerarem insuficiente apontar unicamente a uma técnica, vários deputados da oposição, nomeadamente François Hollande, apresentaram uma outra proposta de lei declarando que “a exploração e a extração dos hidrocarbonetos não convencionais são interditas no território nacional”. Após a sua eleição, Hollande reafirmou que em França a exploração e extração de gás de xisto continua interdita e pediu que fossem rejeitados os sete pedidos de exploração que tinham dado entrada. “No que diz respeito à exploração e extração de hidrocarbonetos não convencionais, assim será a minha linha ao longo dos meus cinco anos”, acrescentou na ocasião.

Em todo o planeta, a resposta das populações das zonas de exploração tem sido de uma notável resistência e denúncia dos calamitosos efeitos nocivos a nível ambiental e social da extração, assim como do envenenamento em grande escala das águas. O Bloco de Esquerda continua a considerar que este é um tema essencial para a sustentabilidade ambiental e social das populações. Assim, apresentamos este projeto de resolução em defesa das populações, do ambiente, da biodiversidade e do ecossistema. Só é possível combater as alterações climáticas com medidas concretas e efetivas. Defendemos ainda a salvaguarda da economia, da agricultura e do turismo essencial para a sustentabilidade de muitas populações. Nesse sentido, recomendamos ao governo que proíba a exploração e a extração destes hidrocarbonetos não convencionais.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que proíba a exploração e extração de hidrocarbonetos não convencionais, conhecidos como gases e óleos de xisto, assim como o recurso à técnica de fraturação hidráulica, exceto para fins exclusivos de investigação científica.

Assembleia da República, 2 de fevereiro de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,